



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul

Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia do Rio
Grande do Sul

Relatório Contábil do campus Porto Alegre

e Demonstrações Contábeis Consolidadas

4º Trimestre/2020

Porto Alegre, 2020

DCONIFRS

REITOR

Julio Xandro Heck

DIRETOR-GERAL

Fabício Sobrosa Affeldt

DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO

Milena Ivanoska da Rosa Sória

COORDENADORA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Luísa Gil Almeida

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Luiz Antônio Hining

EQUIPE TÉCNICA - CONTADOR

Ademir Gautério Troina Júnior

Este documento é constituído por:

I – Declaração do Contador;

II – Demonstrações Contábeis;

III – Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

Nos termos do Acórdão TCU nº 1464/2015-P e da Macrofunção 02.03.18 (Encerramento do Exercício de 2020), em atendimento à Portaria nº 04 MEC/SE/SPO, de 20 de novembro de 2019, consta a Declaração com Ressalva do Contador da Unidade Gestora 158261 – campus Porto Alegre, Órgão 26419 – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, conforme segue.

| DECLARAÇÃO DO CONTADOR | |
|---|--------------|
| Denominação completa (UG) | Código da UG |
| INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. DO RS – CAMPUS PORTO ALEGRE | 158261 |
| <p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentários, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício do 4º Trimestre de 2020, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>Restrição 633 – Relatório de Bens Intangíveis divergente do Sistema Patrimonial em comparação ao Siafi.</p> <p>Durante todo o ano de 2020 o campus Porto Alegre apresentou divergência de valores do Sistema Patrimonial em relação ao Siafi. Providências relatas: “<i>Falta o registro patrimonial de alguns bens intangíveis adquiridos por empenho, não incorporados na época de suas aquisições. As inconsistências foram encaminhadas aos setores envolvidos para análise e regularização</i>”. Não foram apontados prazos ou apresentado cronograma de ação da providência relatada. A restrição 633 é recorrente no campus Porto Alegre, constante na Declaração Anual do Contador de exercícios anteriores, sem providência administrativa registrada.</p> <p>Restrição 634 – Falta avaliação dos bens móveis, imóveis, intangíveis e outros.</p> <p>Até dezembro de 2020, o campus Porto Alegre não realizou a reavaliação de ativos conforme determinações das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, contidas na NBCT 16.10, MCASP 7ª Edição e Macrofunção Siafi 02.03.35 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável, e de acordo com o solicitado no Acórdão 5.603/2017 – TCU – 2ª Câmara. Providências relatadas: “<i>está no planejamento da Pró-Reitoria de Administração do IFRS para ser realizado ao longo de 2021, como já apresentado</i>”.</p> | |

anteriormente, pois em 2020 devido à pandemia e atividades presenciais suspensas não foi possível”. Não foram apontados prazos ou apresentado cronograma de ação das providências relatadas. A falta de avaliação dos bens móveis, imóveis, intangíveis e outros é recorrente no campus Porto Alegre, constante na Declaração Anual do Contador em outros exercícios, sem providência administrativa registrada.

Restrição 640 – Saldo contábil de bens móveis não confere com RMB.

Até o quarto trimestre de 2020, o campus Porto Alegre registrou saldo divergente do Relatório de Movimentação de Bens Móveis. O valor divergente é de R\$ 5.386.068,52, a menor no SIAFI. **Providências relatadas:** “informamos que o tratamento das informações relativas à conciliação contábil entre os sistemas SIPAC (patrimonial) e SIAFI (contábil) está em andamento. Para a regularização das inconsistências apontadas, faz-se necessário a conclusão deste trabalho junto com os setores envolvidos. É um trabalho minucioso e complexo, devido à variedade de formas de ingresso dos bens ao patrimônio do Campus, conforme segue: a) bens incorporados a partir de doação da UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul; b) bens adjudicados da ULBRA – Universidade Luterana do Brasil; c) bens adquiridos pela Reitoria do IFRS para o patrimônio do Campus Porto Alegre; d) bens obtidos de doações de outros órgãos da Administração Pública ou de entidades privadas; e) aquisições provenientes de licitações ou compras diretas; f) bens adquiridos de projetos de ensino, pesquisa e extensão. A Diretoria não manifestou ações diferentes daquelas já adotadas nos exercícios anteriores ou cronograma de ação das providências relatadas. Além dessa informação, foi realizado o desenvolvimento de sistema de inventário, que foi utilizado no Campus Porto Alegre em 2019 e que depende da importação de dados pela Reitoria do IFRS, processo que está em andamento”. Não foram apontados prazos ou apresentado cronograma de ação das providências relatadas. O saldo divergente do Relatório de Movimentação de Bens Móveis é recorrente no campus Porto Alegre, constante na Declaração Anual do Contador em outros exercícios, sem providência administrativa registrada.

Restrição 642 – Falta ou evolução incompatível da depreciação do ativo imobilizado.

Até o quarto trimestre de 2020, o campus Porto Alegre registrou evolução incompatível com o cálculo da depreciação do ativo imobilizado. **Providências relatadas:** “No momento em que as inconsistências forem sanadas, a evolução da depreciação acumulada será regularizada” A Direção faz referência à inconsistência referente à restrição anterior. Não foram apontados prazos ou apresentado cronograma de ação da providência relatada. A evolução incompatível com o cálculo da depreciação do ativo imobilizado é recorrente no campus Porto Alegre, constante na Declaração Anual do Contador de exercícios anteriores.

Restrição 643 – Falta ou evolução incompatível da Amortização do ativo imobilizado.

Até o quarto trimestre de 2020, o Campus Porto Alegre registrou evolução incompatível com o cálculo da amortização do ativo imobilizado. **Providências relatadas:** “No momento que a restrição ‘640 – Saldo

Contábil dos Bens móveis diverge do Relatório de Movimentação de Bens', for sanada, a evolução da amortização acumulada será regularizada. A depreciação é calculada automaticamente pelo sistema que a instituição utiliza, o SIPAC. Como o sistema foi implantado há poucos anos, as informações parametrizadas referente a data em que o bem estiver disponível para uso ou a data em que o mesmo foi reavaliado, seu valor residual, e seu valor de aquisição ou reavaliação não estão atualizados. Com a importação de dados de sistemas antigos há alguns problemas em relação ao valor de entrada. Esses dados estão sendo avaliados pelos setores responsáveis. Depende-se de processo de importação dos dados do inventário de 2019 e da reavaliação de bens móveis, previsto para ser realizado pela instituição ao longo de 2021, pois em 2020, devido à pandemia, e às atividades presenciais estarem suspensas, não foi possível. Não foram apontados prazos ou apresentado cronograma de ação da providência relatada, sem providência administrativa registrada.

Restrição 653 – Saldos alongados/indevidos contas de controle.

Até o quarto trimestre de 2020, o campus Porto Alegre não possui documentos de controle de garantias recebidas, de direitos e obrigações contratuais e de responsabilidade de terceiros que possam ser conciliados com as respectivas contas de controle, conforme normatiza a Macrofunção 020318 – Encerramento de Exercício. **Providências relatadas:** *“informamos que os fluxos do setor de Contratos estão sendo revisados e aprimorados visando a não ocorrência do referido apontamento. Será realizado um trabalho referente à análise e revisão dos saldos dos contratos, identificando-se os saldos dos contratos encerrados e remanescentes, realizando as baixas apropriadas com o intuito de manter a fidedignidade da informação contábil no primeiro semestre de 2021”.* Não foi ou apresentado cronograma de ação da providência relatada. A ausência de documentos de controle de garantias recebidas, de direitos e obrigações contratuais e de responsabilidade de terceiros é recorrente no campus Porto Alegre, durante o exercício de 2020.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

| | | | |
|-----------------------|-------------------------------|---------------|------------|
| Local | Porto Alegre | Data | 22/01/2021 |
| Contador Resp. | Ademir Gautério Troina Júnior | CRC n° | 76.804/O-5 |

Demonstrações contábeis

BALANÇO PATRIMONIAL

4º Trimestre

| ATIVO | | |
|---|----------------------|----------------------|
| ESPECIFICAÇÃO | 2020 | 2019 |
| ATIVO CIRCULANTE | 97.420,47 | 92.756,56 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 36.975,97 | 26.476,16 |
| Estoques | 58.809,69 | 64.625,43 |
| VPDs Pagas Antecipadamente | 1.634,81 | 1.654,97 |
| ATIVO NÃO CIRCULANTE | 45.743.924,00 | 44.865.295,59 |
| Imobilizado | 45.724.707,40 | 44.857.577,59 |
| Bens Móveis | 6.703.959,04 | 6.675.432,75 |
| Bens Móveis | 8.418.255,24 | 7.872.379,19 |
| (-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis | -1.714.296,20 | -1.196.946,44 |
| Bens Imóveis | 39.020.748,36 | 38.182.144,84 |
| Bens Imóveis | 39.392.369,80 | 38.484.367,03 |
| (-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis | -371.621,44 | -302.222,19 |
| Intangível | 19.216,60 | 7.718,00 |
| Softwares | 19.216,60 | 7.718,00 |
| Softwares | 98.639,59 | 87.140,99 |
| (-) Amortização Acumulada de Softwares | -79.422,99 | -79.422,99 |
| TOTAL DO ATIVO | 45.841.344,47 | 44.958.052,15 |

Fonte: Siasi

| PASSIVO | | |
|---|----------------------|----------------------|
| ESPECIFICAÇÃO | 2020 | 2019 |
| PASSIVO CIRCULANTE | 167.197,26 | 63.113,92 |
| Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo | 124.462,03 | 46.138,96 |
| Demais Obrigações a Curto Prazo | 42.735,23 | 16.974,96 |
| TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL | 167.197,26 | 63.113,92 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | |
| ESPECIFICAÇÃO | 2020 | 2019 |
| Resultados Acumulados | 45.674.147,21 | 44.894.938,23 |
| Resultado do Exercício | 779.534,04 | 4.647.248,73 |

| | | |
|--|----------------------|----------------------|
| Resultados de Exercícios Anteriores | 44.894.938,23 | 40.225.804,60 |
| Ajustes de Exercícios Anteriores | -325,06 | 21.884,90 |
| TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 45.674.147,21 | 44.894.938,23 |
| TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 45.841.344,47 | 44.958.052,15 |

Fonte: Siafi

O Balanço Patrimonial evidencia os ativos e passivos, e sua evolução 2020 em relação a dezembro de 2019. Os ativos compreendem os saldos de recursos financeiros e patrimoniais controlados pelo campus, com capacidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, ao passo que os passivos compreendem os saldos de suas obrigações presentes, decorrente de eventos passados e com alta probabilidade de desembolso futuro. O Patrimônio Líquido (PL) representa a diferença entre o total dos ativos e o total dos passivos, sendo uma importante referência sobre a situação financeira de qualquer entidade.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

4º Trimestre

| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS | | |
|---|---------------------|---------------------|
| | 2020 | 2019 |
| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS | 5.296.254,75 | 9.263.465,46 |
| Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos | 12.671,00 | 15.811,51 |
| Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços | 12.671,00 | 15.811,51 |
| Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras | 660,60 | 1.968,56 |
| Juros e Encargos de Mora | 660,60 | 1.968,56 |
| Transferências e Delegações Recebidas | 5.281.162,83 | 4.551.521,95 |
| Transferências Intragovernamentais | 4.886.337,98 | 4.535.362,44 |
| Outras Transferências e Delegações Recebidas | 394.824,85 | 16.159,51 |
| Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos | - | 4.662.213,36 |
| Reavaliação de Ativos | - | 4.662.213,34 |
| Ganhos com Incorporação de Ativos | - | 0,02 |
| Outras Variações Patrimoniais Aumentativas | 1.760,32 | 31.950,08 |
| Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas | 1.760,32 | 31.950,08 |
| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS | 4.516.720,71 | 4.616.216,73 |
| Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo | 2.997.509,44 | 3.160.451,97 |
| Uso de Material de Consumo | 83.111,13 | 143.388,30 |
| Serviços | 2.327.654,26 | 2.760.079,37 |
| Depreciação, Amortização e Exaustão | 586.744,05 | 256.984,30 |
| Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras | 599,49 | 6,74 |
| Juros e Encargos de Mora | 599,49 | 6,74 |
| Transferências e Delegações Concedidas | 1.765,28 | 20.469,54 |
| Transferências Intragovernamentais | 1.760,32 | 11.614,60 |

| | | |
|--|---------------------|---------------------|
| Outras Transferências e Delegações Concedidas | 4,96 | 8.854,94 |
| Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos | - | 1,00 |
| Desincorporação de Ativos | - | 1,00 |
| Tributárias | 27.198,60 | 29.323,68 |
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | 26.945,18 | 29.061,47 |
| Contribuições | 253,42 | 262,21 |
| Outras Variações Patrimoniais Diminutivas | 1.489.647,90 | 1.405.963,80 |
| Incentivos | 1.480.394,09 | 1.391.023,48 |
| Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas | 9.253,81 | 14.940,32 |
| RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO | 779.534,04 | 4.647.248,73 |

Fonte: Siafi

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

4º Trimestre

| RECEITA | | | | |
|----------------------------------|------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA | RECEITAS REALIZADAS | SALDO |
| RECEITAS CORRENTES | - | - | - | - |
| Receitas Tributárias | - | - | - | - |
| Receitas de Contribuições | - | - | - | - |
| Receita Patrimonial | - | - | - | - |
| Receita Agropecuária | - | - | - | - |
| Receita Industrial | - | - | - | - |
| Receitas de Serviços | - | - | - | - |
| Transferências Correntes | - | - | - | - |
| Outras Receitas Correntes | - | - | - | - |
| RECEITAS DE CAPITAL | - | - | - | - |
| SUBTOTAL DE RECEITAS | - | - | - | - |
| DEFICIT | | | 5.874.008,66 | 5.874.008,66 |
| TOTAL | - | - | 5.874.008,66 | 5.874.008,66 |

| DESPESA | | | | | |
|------------------------------|-----------------|--------------------|---------------------|---------------------|----------------------|
| DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS | DESPESAS LIQUIDADAS | SALDO DA DOTAÇÃO |
| DESPESAS CORRENTES | - | - | 4.636.213,09 | 3.476.866,65 | -4.636.213,09 |
| Outras Despesas Correntes | - | - | 4.636.213,09 | 3.476.866,65 | -4.636.213,09 |
| DESPESAS DE CAPITAL | - | - | 1.237.795,57 | 121.782,18 | -1.237.795,57 |
| Investimentos | - | - | 1.237.795,57 | 121.782,18 | -1.237.795,57 |
| SUBTOTAL DAS DESPESAS | - | - | 5.874.008,66 | 3.598.648,83 | -5.874.008,66 |
| TOTAL | - | - | 5.874.008,66 | 3.598.648,83 | -5.874.008,66 |

Fonte: Siafi

| ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS | | | | | | |
|--|------------------------------------|---|---------------------|---------------------|------------------|-------------------|
| DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS | INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES | INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | LIQUIDADOS | PAGOS | CANCELADOS | SALDO |
| DESPESAS CORRENTES | 159.475,54 | 497.708,97 | 445.508,83 | 445.508,83 | 67.454,71 | 144.220,97 |
| Outras Despesas Correntes | 159.475,54 | 497.708,97 | 445.508,83 | 445.508,83 | 67.454,71 | 144.220,97 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 12.239,60 | 1.072.698,70 | 949.095,45 | 949.095,45 | 12.239,60 | 123.603,25 |
| Investimentos | 12.239,60 | 1.072.698,70 | 949.095,45 | 949.095,45 | 12.239,60 | 123.603,25 |
| TOTAL | 171.715,14 | 1.570.407,67 | 1.394.604,28 | 1.394.604,28 | 79.694,31 | 267.824,22 |

Fonte: Siafi

| ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS | | | | | |
|---|------------------------------------|---|------------------|------------|-------|
| DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS | INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES | INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | PAGOS | CANCELADOS | SALDO |
| DESPESAS CORRENTES | - | 53.830,72 | 53.830,72 | - | - |
| Outras Despesas Correntes | - | 53.830,72 | 53.830,72 | - | - |
| DESPESAS DE CAPITAL | - | - | - | - | - |
| TOTAL | - | 53.830,72 | 53.830,72 | - | - |

Fonte: Siafi

BALANÇO FINANCEIRO

4º Trimestre

| INGRESSOS | | |
|---|---------------------|---------------------|
| ESPECIFICAÇÃO | 2020 | 2019 |
| Receitas Orçamentárias | - | - |
| Transferências Financeiras Recebidas | 4.886.337,98 | 4.535.247,74 |
| Resultantes da Execução Orçamentária | 3.338.245,90 | 4.000.828,64 |
| Sub-repasso Recebido | 3.338.245,90 | 4.000.828,64 |
| Independentes da Execução Orçamentária | 1.548.092,08 | 534.419,10 |
| Transferências Recebidas para Pagamento de RP | 1.486.937,94 | 451.252,11 |
| Movimentação de Saldos Patrimoniais | 61.154,14 | 83.166,99 |
| Recebimentos Extraorçamentários | 2.448.366,93 | 1.672.630,90 |
| Inscrição dos Restos a Pagar Processados | 157.914,06 | 52.374,20 |
| Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados | 2.275.359,83 | 1.570.407,67 |
| Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados | 1,12 | 4,18 |
| Outros Recebimentos Extraorçamentários | 15.091,92 | 49.844,85 |
| Arrecadação de Outra Unidade | 15.091,92 | 49.730,15 |
| Demais Recebimentos | | 114,70 |
| Saldo do Exercício Anterior | 26.476,16 | 22.155,26 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 26.476,16 | 22.155,26 |
| TOTAL | 7.361.181,07 | 6.230.033,90 |

Fonte: Siafi

| DISPENDIOS | | |
|---|---------------------|---------------------|
| ESPECIFICAÇÃO | 2020 | 2019 |
| Despesas Orçamentárias | 5.874.008,66 | 5.571.757,72 |
| Ordinárias | 3.019.480,47 | 4.548.477,93 |
| Vinculadas | 2.854.528,19 | 1.023.279,79 |
| Educação | 562.287,32 | 989.156,61 |
| Dívida Pública | 2.290.223,88 | |
| Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas | 2.016,99 | 34.123,18 |
| Transferências Financeiras Concedidas | 1.760,32 | 11.614,60 |
| Independentes da Execução Orçamentária | 1.760,32 | 11.614,60 |
| Movimento de Saldos Patrimoniais | 1.760,32 | 11.614,60 |

| | | |
|--|---------------------|---------------------|
| Pagamentos Extraorçamentários | 1.448.436,12 | 620.185,42 |
| Pagamento dos Restos a Pagar Processados | 53.830,72 | 193.654,10 |
| Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados | 1.394.604,28 | 426.527,14 |
| Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados | 1,12 | 4,18 |
| Saldo para o Exercício Seguinte | 36.975,97 | 26.476,16 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 36.975,97 | 26.476,16 |
| TOTAL | 7.361.181,07 | 6.230.033,90 |

Fonte: Siafi

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

4º Trimestre

| | 2020 | 2019 |
|---|---------------------|---------------------|
| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | 1.081.377,44 | 82.878,97 |
| INGRESSOS | 4.901.431,02 | 4.585.096,77 |
| Outros Ingressos Operacionais | 4.901.431,02 | 4.585.096,77 |
| Ingressos Extraorçamentários | 1,12 | 4,18 |
| Transferências Financeiras Recebidas | 4.886.337,98 | 4.535.247,74 |
| Arrecadação de Outra Unidade | 15.091,92 | 49.730,15 |
| Demais Recebimentos | - | 114,70 |
| DESEMBOLSOS | 3.820.053,58 | 4.502.217,80 |
| Pessoal e Demais Despesas | 3.814.913,31 | 4.460.001,08 |
| Educação | 3.814.913,31 | 4.460.001,08 |
| Transferências Concedidas | -3.378,83 | -30.597,94 |
| Intragovernamentais | -3.378,83 | -30.597,94 |
| Outros Desembolsos Operacionais | -1.761,44 | -11.618,78 |
| Dispêndios Extraorçamentários | -1,12 | -4,18 |
| Transferências Financeiras Concedidas | -1.760,32 | -11.614,60 |
| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | 1.070.877,63 | -78.558,07 |
| INGRESSOS | - | - |
| DESEMBOLSOS | 1.070.877,63 | -78.558,07 |
| Aquisição de Ativo Não Circulante | - | -78.558,07 |

| | | |
|---|-------------------|------------------|
| | 1.059.678,03 | |
| Outros Desembolsos de Investimentos | -11.199,60 | - |
| FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | - | - |
| GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | 10.499,81 | 4.320,90 |
| CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL | 26.476,16 | 22.155,26 |
| CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL | 36.975,97 | 26.476,16 |

Fonte: Siafi

Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

O objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil é fornecer informação para fins de prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão (MCASP).

As Demonstrações Contábeis (DCON) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, campus Porto Alegre, foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCT SP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 8ª edição e o Manual SIAFI, ambos da secretaria do Tesouro Nacional, exceto:

I – No tocante aos seguintes aspectos da informação contábil:

(a) Existência;

Quanto ao aspecto de existência, não foi reportado ao setor de contabilidade, até o encerramento do exercício, relatório final de inventário dos estoques e bens móveis, imóveis ou intangíveis, cujos registros contábeis totalizam um ativo público superior a R\$ 45,7 milhões, distribuído entre softwares (R\$ 98 mil); estoques de materiais (R\$ 58 mil); bens móveis (R\$ 8,4 milhões) e; bens imóveis (R\$ 39 milhões). Os valores revelam a materialidade e pertinência do aspecto de existência necessário para controle e veracidade dos registros contábeis;

(b) Exatidão, valorização e alocação;

“A conformidade Contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial consiste na certificação de que as demonstrações contábeis geradas pelo SIAFI estão de acordo com a Lei nº 4.320/1964, com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público e com o Manual SIAFI”, e deverá apresentar, seguramente, “se as demonstrações contábeis apresentam inconformidades perante tais normas que resultam em distorções relevantes que prejudicam a tomada de decisões e avaliação nelas baseadas” (macrofunção 020315, do Manual Siafi). Isso exposto, vale ressaltar que foram diversos os apontamentos ao longo de todo o exercício financeiro que comprometem a exatidão, valorização e alocação dos ativos, passivos e itens do patrimônio líquido e que assim permanecem, até o encerramento do exercício como, por exemplo: falta documento de controle de contratos em execução (restrição 653); Relatório de bens Intangíveis divergente do Siafi (restrição 633); RMB divergentes (restrição 640); falta avaliação de bens móveis, imóveis, intangíveis (restrição 634), Depreciação e Amortização divergentes com o Siafi (restrição 642 e 643, respectivamente).

II – No tocante aos seguintes procedimentos contábeis:

(a) Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas;

Os créditos a receber, sobretudo referente a contratos de cessão de uso do espaço físico do campus, não estão sendo reconhecidos pelo regime de competência.

(b) Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura);

Faltam inventário atualizado, relatório de reavaliação e redução ao valor recuperável. Atualmente, mais de R\$ 8 milhões estão contabilizados à conta de bens móveis no campus Porto Alegre.

(c) Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias;

Falta relatório de controle dos contratos em execução. Atualmente, mais de R\$ 5 milhões estão contabilizados em execução de obrigações contratuais do campus Porto Alegre sem conciliação.

(d) Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas;

São diversas as contas de controle sem conciliação no campus Porto Alegre.

(e) Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável;

Relatório de ativos intangíveis e de amortização apresenta valores divergentes em relação ao Siafi. Atualmente, quase R\$ 100 mil estão contabilizados à título de softwares no campus Porto Alegre, sem conciliação.

(f) Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável;

Falta inventário de bens imóveis. Atualmente, mais de R\$ 39 milhões estão registrados à título de bens imóveis no campus Porto Alegre, sem conciliação.

(g) Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques;

Falta inventário e ajustes para perdas de estoques. Atualmente, R\$ 58 mil estão contabilizados à título de estoques no campus Porto Alegre.

III – No tocante aos seguintes grupos de contas:

(a) Bens móveis;

Durante todo o exercício, manteve-se divergente o saldo SIAFI de bens móveis em relação ao correspondente documento de controle gerencial, Relatório de Movimentação de Bens Móveis – RMB, e não há registro de laudos de reavaliação dos ativos (bens móveis, imóveis, intangíveis e outros), de modo que as contas correspondentes não refletem com confiabilidade o ativo escriturado.

Não há registro de laudo de inventário consolidado que viabilize conciliação das contas desse título.

A divergência total do saldo de bens móveis e intangíveis no SIAFI e o saldo de bens móveis e intangíveis no controle patrimonial, em 31/12/2020, é de R\$ 5.386.068,52.

Até a data de encerramento de exercício, não foram corrigidos problemas do relatório de depreciação e amortização acumulada, de modo que os registros desses títulos não refletem com confiabilidade a depreciação acumulada de bens móveis e amortização acumulada de bens intangíveis.

(b) Ativo intangível;

Até a data de encerramento de exercício, não foram apresentados documento de controle dos ativos intangíveis e amortização acumulada, de modo que os registros desse título não refletem com fidedignidade o ativo escriturado.

Em 31/12/2020, o saldo em ativos intangíveis é de R\$ 98.639,59.

(c) Atos potenciais.

Até a data de encerramento do exercício, os saldos de contratos celebrados não foram conciliados com documento de controle do sistema gerencial que viabilize, de forma confiável, a conformidade contábil das contas do grupo de controle devedores/credores. De tal forma, os saldos desse grupo não refletem com fidedignidade os atos potenciais dos direitos contratuais em execução.

Em 31/12/2020, a execução de obrigações contratuais escrituradas em contas de controle somam R\$ 5,6 milhões.

As DCON foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), e tiveram como escopo as informações consolidadas das contas contábeis do campus Porto Alegre, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, autarquia da administração direta e integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileira e são compostas por:

- **Balanco Patrimonial (BP);**
- **Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);**
- **Balanco Orçamentário (BO);**
- **Balanco Financeiro (BF);**
- **Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);**
- **Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e;**
- **Notas Explicativas.**

Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito deste Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, tendo em consideração as opções e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público.

Moeda funcional

A moeda funcional é o Real.

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), é mantida no BACEN e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União, inclusive dos fundos, das fundações, das autarquias e das empresas estatais dependentes. Ela é subdividida em Conta Única recursos Tesouro Nacional, Conta Única recursos Previdenciários e Conta Única recursos Dívida Pública.

Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos e; (vi) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável.

Estoques

Compreendem os produtos em almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Nas entradas, os estoques são avaliados e mensurados pelo valor de aquisição ou produção/construção e, nas saídas, pelo custo médio ponderado.

Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) investimentos temporários e; (vi) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, no IFRS, são os softwares, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida).

Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

As informações da depreciação dos bens móveis do IFRS são apuradas pelo Sistema Integrado de Gestão (SIG), que utiliza como regra de cálculo os seguintes parâmetros:

- Método das cotas constantes;
- Utilização da tabela definida pela Coordenação-Geral de Contabilidade – CCONT/SUCON/STN/MF, constante no Manual SIAFI, assunto 020330 Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

Depreciação de bens imóveis

As informações da depreciação dos bens imóveis são apuradas pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União – SPIUnet, que é gerido pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU, nos termos da Portaria Conjunta MF/MPOG nº 703, de 10 de dezembro de 2014.

Para fins contábeis, após mensuração e lançamento nos sistemas corporativos da SPU, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais são:

I – Atualizados sistematicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação;

II – Reavaliados, aqueles nos quais:

- Seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;
- Houver alteração de área construída, independentemente do valor investido;
- Seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, expressa na seguinte equação:

$Kd = (n2 - x2) / n2$, onde:

Kd = coeficiente de depreciação

N = vida útil da acessão

X = vida útil transcorrida da acessão

Para fins da depreciação, a vida útil é definida com base no laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor. O valor residual é estabelecido pela STN e comunicado à SPU.

Passivos

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

Apuração do Resultado

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados:

I. Patrimonial — II. Orçamentário — III. Financeiro

Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com a contabilidade aplicada ao setor público.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superavit/deficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

A elaboração de demonstrativo que apresenta e compara a execução do orçamento com o orçamento previsto é o mecanismo normalmente utilizado para demonstrar a conformidade com os requisitos legais relativos às finanças públicas (MCASP).

Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Notas explicativas das Demonstrações Contábeis

Nota 1 – Caixa e Equivalente de Caixa

O item Caixa e Equivalentes de Caixa compreende o somatório dos valores disponíveis na Conta Única do Tesouro e em outros bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Esse título se subdivide em Bancos Conta Movimento – Demais Contas, que se referem aos depósitos em garantia de execução dos contratos pactuados com o IFRS, na modalidade caução, e, Recursos Liberados pelo Tesouro, que representam o valor disponível para saque da Conta Única do Tesouro Nacional, estabelecido pela Setorial de Programação Financeira, ou correspondente à arrecadação direta, para atender despesas com vinculação específica de pagamento.

Em 30/12/2020, o item com o saldo mais representativo desse grupo foi “Recursos liberados pelo Tesouro”, 74,89% do total. A tabela a seguir demonstra a composição de Caixa e Equivalentes de Caixa, bem como sua evolução em relação a 31 de dezembro de 2019:

| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | AH% | AV% |
|---------------------------------------|-------------------|-------------------|---------------|---------------|
| Banco Conta Movimento – Demais Contas | 9.283,20 | 9.283,20 | 0,00 | 25,11 |
| Recursos Liberados pelo Tesouro | 27.692,77 | 17.192,96 | 37,91 | 74,89 |
| Total | 36.975,97 | 26.476,16 | 872,82 | 100,00 |

Fonte: SIAFI, 2020 e 2019

Nota 2 – Estoques

O IFRS Campus Porto Alegre armazena diversos materiais de consumo em almoxarifado para a utilização nas atividades desenvolvidas na instituição. Os estoques reduziram 9% no último conforme demonstrado abaixo:

| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | AH% | AV% |
|--------------|-------------------|-------------------|--------------|---------------|
| Almoxarifado | 58.809,69 | 64.625,43 | -9,00 | 100,00 |
| Total | 58.809,69 | 64.625,43 | -9,00 | 100,00 |

Fonte: SIAFI, 2020 e 2019

Nota 3 – Imobilizado

Bens Móveis

O Imobilizado é composto pelos bens móveis e bens imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição ou construção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação.

Em 31/12/2020, o IFRS Campus Porto Alegre apresentou um saldo de R\$ 45.724.707,40 (quarenta e cinco milhões setecentos e vinte e quatro mil setecentos e sete reais e quarenta centavos), relacionados ao imobilizado.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, para o 4º trimestre dos exercícios de 2020 e 2019.

| | 30/12/2020 | 31/12/2019 | AH% | AV% |
|---------------------------|----------------------|----------------------|-------------|--------------|
| Bens Móveis | 6.703.959,04 | 6.675.432,75 | 0,43 | 14,66 |
| (+) Valor Bruto Contábil | 8.418.255,24 | 7.872.379,19 | 6,93 | 18,41 |
| (-) Depreciação Acumulada | -1.714.296,20 | -1.196.946,44 | 43,22 | -3,75 |
| Bens Imóveis | 39.020.748,36 | 38.182.144,84 | 2,20 | 85,34 |
| (+) Valor Bruto Contábil | 39.392.369,80 | 38.484.367,03 | 2,36 | 86,15 |
| (-) Depreciação Acumulada | -371.621,44 | -302.222,19 | 22,9 | -0,82 |

| | | | |
|--------------|----------------------|----------------------|---------------|
| Total | 45.724.707,40 | 44.857.577,59 | 100,00 |
|--------------|----------------------|----------------------|---------------|

Fonte: SIAFI, 2020 e 2019

Depreciação Acumulada de Bens Móveis

Em 2015 foi implantado o novo Sistema de Gestão Patrimonial, e devido à divergência de saldos do Relatório de Movimentação de Bens em comparação ao SIAFI, a depreciação não foi registrada até o ano de 2019. Observa-se, em decorrência aos registros lançados no decorrer de 2020, um aumento de 43,20% na conta de Depreciação Acumulada. As contas de depreciação dos bens móveis não refletem adequadamente a real situação patrimonial líquida do campus, uma vez que os saldos permanecem divergentes.

Bens Imóveis

Os bens imóveis do campus totalizaram R\$ 39, milhões, distribuídos conforme tabela a seguir, e com depreciação acumulada de R\$ 371 mil, equivalente a 0,94%.

Tabela 4 – Bens Imóveis.

| | R\$ | | | |
|----------------------------|----------------------|----------------------|---------------|---------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | AH% | AV% |
| Imóveis de Uso Educacional | 38.484.367,03 | 38.484.367,03 | 0,00 | 97,69 |
| Bens Imóveis em Andamento | 904.032,77 | 0,00 | 0,00 | 2,30 |
| Estudos e Projetos | 3.970,00 | 0,00 | 0,00 | 0,01 |
| Total | 39.392.369,80 | 38.484.367,03 | 872,82 | 100,00 |

Fonte: SIAFI, 2020 E 2019.

Os Bens Imóveis em Andamento se referem a contratação da obra de execução do PPCI do Campus Porto Alegre. O valor acima que consta na conta de Estudos e Projetos é referente a despesa de com a contratação de empresa especializada na elaboração de anteprojeto, projeto básico e projeto executivo de escadas de saída de emergência para o Campus.

Nota 4 – Intangível

Tabela 5 – Intangíveis - Composição

| | R\$ | | | |
|-----------------------------------|-------------------|-------------------|------------|---------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | AH% | AV% |
| Software com vida útil definida | 79.422,99 | 79.422,99 | 0,00 | 413,30 |
| (-) Amortização Acumulada | -79.422,99 | -79.422,99 | 0,00 | -413,30 |
| Software com vida útil indefinida | 19.216,60 | 7.718,00 | 148,98 | 100,00 |
| Total | 19.216,60 | 7.718,00 | | 100,00 |

Fonte: SIAFI 2020,2019

O ativo intangível é composto por softwares de vida útil definida e indefinida conforme demonstrado acima. Os valores brutos dos softwares já sofreram amortização em 100%, pois os mesmos foram adquiridos há mais de 5 anos. Até o momento não houve reavaliação do grupo intangível.

Nota 5 – Obrigações a Curto e Longo Prazo

Em 31/12/2020, o IFRS Campus Porto Alegre, apresentou um saldo em aberto de R\$ 167.197,26 (cento e sessenta e sete mil cento e noventa e sete reais e vinte e seis centavos) de obrigações a curto prazo, ou seja, que deverão ser pagos dentro de um prazo de doze meses seguintes, conforme tabela a seguir. O Campus Porto Alegre não possui Obrigações a Longo Prazo.

Tabela 6 – Obrigações a Curto Prazo – Composição.

| | R\$ | | | |
|-------------------------------|-------------------|-------------------|------------|------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | AH% | AV% |
| Fornecedores e Contas a Pagar | 124.462,03 | 46.138,96 | 169,75 | 74,44 |
| Demais Obrigações | 42.735,23 | 16.974,96 | 151,75 | 25,56 |

| | | | |
|--------------|-------------------|------------------|---------------|
| Total | 167.197,26 | 63.113,92 | 100,00 |
|--------------|-------------------|------------------|---------------|

Fonte: SIAFI, 2020 e 2019

A maior parte as obrigações do campus se referem a fornecedores e contas a pagar no curto prazo, que representam 74,44% do total.

(a) Fornecedores e Contas a Pagar

(a) Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

A maior parte do passivo do IFRS Campus Porto Alegre com obrigações a curto prazo se refere a fornecedores e contas a pagar a curto prazo, que representam 74,44% do total do passivo.

Na tabela a seguir, são listadas os fornecedores mais representativos em 31/12/2020. O principal valor do grupo Fornecedores e Contas Pagar se refere à serviços de limpeza e conservação referentes aos meses de setembro e outubro, totalizando o valor de 65% do total a ser pago.

| | 31/12/2020 | R\$ AV% |
|--|-------------------|----------------|
| CSF COMÉRCIO E SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELLI | 80.891,68 | 65,00 |
| PORTALSUL EMPRESA DE VIGILANCIA S/S LTDA | 43.570,35 | 35,00 |
| Total | 124.462,03 | 100,00 |

Fonte: SIAFI, 2020

(b) Demais Obrigações a Pagar no Curto Prazo

Somam-se às obrigações de curto prazo as demais obrigações, conforme tabela a seguir.

| | 31/12/2020 | R\$ AV% |
|------------------------------------|-------------------|----------------|
| Retenções Previdenciárias – FRGPS | 6.220,30 | 14,56 |
| Imposto e contrib. diversos devido | 5.343,79 | 12,50 |
| ISS | 7.108,42 | 16,63 |
| Depósitos Retidos de Fornecedores | 14.779,52 | 34,59 |
| Depósitos não judiciais | 9.283,20 | 21,72 |
| Total | 42.735,23 | 100,00 |

Fonte: SIAFI, 2020

(a) Consignações

Compreende os valores entregues em confiança ou em consignações nos pagamentos referentes a compras de bens e serviços. Nesse grupo se encontram retenções previdenciárias, impostos e contribuições diversos, ISS e os depósitos retidos de fornecedores.

(b) Depósitos não judiciais

Compreende os valores das obrigações exigíveis contraídas com o recebimento de depósitos e/ou cauções vinculados a contratos, para garantia de operações e devolução de pagamento por motivo de domicílio bancário inexistente, a regularizar pelo fornecedor.

Nota 6 – Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA's) e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD's).

As VPA's são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos, ou potencial de serviços, fluirão para o campus e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

O Resultado Patrimonial apurado foi superavitário em R\$ 779.534,71 (setecentos e setenta e nove mil quinhentos e trinta e quatro reais e quatro centavos), conforme tabela abaixo ao se confrontar Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas.

| | | | R\$ |
|-------------------------------------|-------------------|---------------------|--------|
| | 30/12/2020 | 31/12/2019 | AH% |
| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS | 5.296.254,75 | 9.263.465,46 | -42,83 |
| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS | 4.516.720,71 | 4.616.216,73 | -2,16 |
| Total | 779.534,04 | 4.647.248,73 | |

Fonte: SIAFI, 2020 e 2019

Observa-se no resultado Patrimonial do Período que, apesar de um decréscimo de resultado, quando comparado ao mesmo período do exercício anterior, de 83,23 pontos percentuais, o resultado se manteve positivo. Dentre as principais variações, destacam-se:

- I. Aumento das transferências e delegações recebidas no montante de R\$ 729.640,88 (16,03%);
- II. Redução de outras variações patrimoniais aumentativas no valor de R\$ 30.189,76 (-94,49%);
- III. Redução das transferências e delegações concedidas em R\$ 18.704,26 (-91,11).

Abaixo, é apresentado o resultado da Demonstração das Variações Patrimoniais:

| | R\$ | | | |
|---|---------------------|---------------------|---------------|---------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | AH% | AV% |
| Variações Patrimoniais Aumentativas | 5.296.254,75 | 9.263.465,46 | -42,83 | 100,00 |
| Exploração e Venda de Bens e , Serv. E Direitos | 12.671,00 | 15.811,51 | -19,86 | 0,24 |
| Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras | 660,00 | 1.968,56 | -66,44 | 0,01 |
| Transferências e Delegações Recebidas | 5.281.162,83 | 4.551.521,95 | -16,03 | 99,72 |
| Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desinc. Passivos | 0,00 | 4.662.213,36 | -100,00 | 0,00 |
| Outras Variações Patrimoniais Aumentativas | 1.760,32 | 31.950,08 | -94,49 | 0,03 |
| Variações Patrimoniais Diminutivas | 4.516.720,71 | 4.66.216,73 | -2,16 | 100,00 |
| Uso de Bens, Serviços e consumo de capital Fixo | 2.997.509,44 | 3.160.451,97 | -5,16 | 66,36 |
| Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras | 599,49 | 6,74 | 8794,51 | 0,01 |
| Transferências e Delegações Concedidas | 1.765,28 | 20.469,54 | -91,38 | 0,04 |
| Tributárias | 27.198,60 | 29.323,68 | -7,25 | 0,60 |
| Outras Variações Patrimoniais Diminutivas | 1.489.647,90 | 1.405.963,80 | 5,95 | 32,98 |
| Resultado Patrimonial | 704.393,26 | 4.413.178,50 | -83,23 | |

Fonte: SIAFI, 2020 e 2019

Dentre as Variações Patrimoniais Aumentativas destacamos o aumento das Transferências e Delegações Recebidas, em um montante de R\$ 729 mil, pelo repasse da setorial orçamentária do IFRS, correspondentes ao orçamento anual destinado ao campus, com aumento de 16% quando comparado ao mesmo período do exercício anterior.

Cabe ainda mencionar que houve a valorização e ganhos com ativos no valor de R\$ 4.662.213,34 referente à baixa de uma obra e atualização do valor de bens imóveis de uso especial no Spiunet, ocorrido em março de 2019, na conta de Imóveis de Uso Educacional, justificando assim o motivo de redução de -100,00% nas variações patrimoniais aumentativas, conforme demonstrado acima, comparado ao 4º trimestre de 2020.

Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Tabela 11 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo.

| | R\$ | | | |
|----------------------------|---------------------|---------------------|--------|---------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | AH% | AV% |
| Uso de Material de Consumo | 83.111,13 | 143.388,30 | -42,04 | 2,78 |
| Serviços | 2.327.654,26 | 2.760.079,37 | -15,67 | 77,65 |
| Depreciação | 586.744,05 | 256.984,30 | 128,32 | 19,57 |
| Total | 2.997.509,44 | 3.160.451,97 | | 100,00 |

Fonte: SIAFI, 2020 e 2019

Destaca-se a redução de 42,04% no registro acumulado de uso de material de Consumo e um aumento de 128,32% no registro de depreciação, amortização e exaustão, em relação ao mesmo período no exercício anterior, e a redução de 15,67% nos gastos com serviços, equivalente a R\$ 432 mil.

As principais variações no gasto com serviços são demonstradas na tabela a seguir.

VPD Serviços

Tabela 12 – VPD Serviços

| | R\$ | | | |
|--|---------------------|---------------------|---------------|---------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | AH% | AV% |
| Diárias | 1.063,85 | 23.030,01 | -95,38 | 0,05 |
| Serviços Técnicos Profissionais | 22.811,64 | 40.651,00 | -43,88 | 0,98 |
| Serv. Apoio Adm., téc. e operacional | 1.548.901,14 | 1.653.528,82 | -6,33 | 66,54 |
| Serv. de comunicação | 43.929,32 | 60.928,18 | -27,90 | 1,89 |
| Serv. Transp., passagens e Locom. | 0,00 | 40.285,19 | -100,00 | 0,00 |
| Serv. administrativos | 673,88 | 1.076,28 | -37,39 | 0,03 |
| Serv. água e esgoto, energia elétrica. | 376.044,79 | 570.772,58 | -34,12 | 16,16 |
| Loc. e Arrendamento mercantil | 44.994,40 | 46.521,97 | -3,28 | 1,93 |
| Serv. Educacionais e Culturais | 0,00 | 700,00 | -100,00 | 0,00 |
| Seguros em Geral | 49,64 | 614,01 | -91,92 | 0,00 |
| Serv. Terceiros PJ Intra OF | 3.141,60 | 18.382,56 | -82,91 | 0,13 |
| Serv. Terceiros PJ Inter OF | 286.044,00 | 303.588,77 | -5,78 | 12,29 |
| Total | 2.327.654,26 | 2.760.079,37 | -15,67 | 100,00 |

Fonte: SIAFI, 2020 e 2019

O principal gasto com serviços de apoio administrativo, técnico e operacional realizado refere-se à serviços de vigilância, limpeza e Conservação e manutenção de elevadores, equivalente a 66% do montante total em serviços empregados no mesmo período.

Nota 6 – Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário é originado a partir da confrontação entre receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no período, tendo em vista critério estabelecido pelo art. 35 da Lei nº 4.320/1964.

Dentro do Orçamento do IFRS consta identificado o orçamento do Campus Porto Alegre referente às despesas correntes classificadas no grupo Outras Despesas Correntes e Despesa de Capital classificadas em investimentos.

O repasse do crédito orçamentário, necessário para a execução das ações do IFRS Campus Porto Alegre é realizado através da descentralização da programação orçamentária.

Até 4º trimestre de 2020 foi descentralizado para o Campus Porto Alegre a quantia de R\$ 5.874.008,66 (cinco milhões oitocentos e setenta e quatro mil e oito reais e sessenta e seis centavos) e a despesas empenhadas perfizeram o montante de R\$ 5.874.008,66 (cinco milhões oitocentos e setenta e quatro mil e oito reais e sessenta e seis centavos), o que representa 100,00% das descentralizações recebidas.

Despesas

De acordo com o art. 58 daquela Lei, Empenho da despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição (art. 58 da Lei nº 4.320/1964).

Nesta fase da execução da despesa pública ainda não é possível afirmar se a despesa foi efetivamente realizada, ou seja, não há condições de asseverar se o bem ou material adquirido foi entregue pelo seu fornecedor ou se o serviço contratado foi efetivamente prestado pelo contratado.

Nesta etapa é possível asseverar apenas que os recursos consignados na Lei Orçamentária Anual estão reservados, assegurados para a realização de alguma finalidade pública, tendo como executante determinado fornecedor de bens e serviços demandados pela Administração Pública, nominalmente identificados.

O empenho de despesas no período em análise montou a quantia de R\$ 5.874.008,66 (cinco milhões oitocentos e setenta e quatro mil e oito reais e sessenta e seis centavos). Observa-se um aumento de 5,42% no montante de empenhos em relação ao mesmo período do exercício anterior como consta na tabela abaixo:

Tabela 13 – Despesas Empenhadas – Composição.

| | R\$ | | | |
|---------------------|---------------------|---------------------|-------------|---------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | AH% | AV% |
| Despesas Correntes | 4.636.213,09 | 4.487.919,11 | 3,30 | 78,93 |
| Despesas de Capital | 1.237.795,57 | 1.083.838,61 | 14,20 | 21,07 |
| Total | 5.874.008,66 | 5.571.757,72 | 5,42 | 100,00 |

Fonte: SIAFI, 2020 e 2019

As despesas correntes empenhadas estão na sua totalidade no grupo de natureza da despesa intitulado “Outras Despesas Correntes”.

Observa-se que houve uma redução dos empenhos referentes a despesas de custeio na ordem de 3,30% em comparação com o mesmo período em 2019.

Em relação às despesas empenhadas com outras despesas correntes, destacam-se os Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, cujos empenhos no período somaram R\$ 2.619.531,72 (dois milhões seiscentos e dezenove mil quinhentos e trinta e um reais e setenta e dois centavos), que se referem a 56,50% das despesas correntes empenhadas), seguidas das despesas com auxílio financeiro a estudantes, no valor total de R\$ 1.405.173,24 (um milhão quatrocentos e cinco mil cento e setenta e três reais e vinte e quatro centavos), correspondendo a 30,31% das despesas correntes.

O percentual de liquidação dos empenhos até o quarto trimestre de 2020 foi de 61,26%.

Em relação ao mesmo período do exercício anterior, houve um aumento de 247,94% nos empenhos com material de consumo e 24,83% nos empenhos com serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação. Destaca-se a queda de 98,10% nas despesas com diárias – Pessoal Civil.

A tabela a seguir demonstra a composição e evolução das despesas correntes empenhadas no campus Porto Alegre:

Tabela 14 – Outras Despesas Correntes – Composição

| | R\$ | | | |
|--|---------------------|---------------------|--------------|---------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | AH% | AV% |
| Diárias – Pessoal Civil | 437,85 | 23.030,01 | -98,10 | 0,01 |
| Auxílio Financeiro a Estudantes | 1.405.173,24 | 1.284.770,55 | 9,37 | 30,31 |
| Auxílio Financeiro a Pesquisadores | 77.620,85 | 71.002,93 | 9,32 | 1,67 |
| Material de Consumo | 303.114,93 | 87.117,47 | 247,94 | 6,54 |
| Material, bem ou serv. p/ Distrib. Grat. | 72.690,32 | 0,00 | - | 1,57 |
| Passagens e Despesas c/ locomoção | 0,00 | 26.830,54 | -100,00 | 0,00 |
| Outros Serv. Terceiros PF | 626,00 | 0,00 | - | 0,01 |
| Outros Serv. Terceiros PJ | 2.619.531,72 | 2.784.125,31 | -5,91 | 56,50 |
| Serviços de TI e Comunicação - PJ | 116.631,04 | 93.430,02 | 24,83 | 2,52 |
| Obrigações Tributárias e Contributivas | 27.198,60 | 29.323,68 | -7,25 | 0,59 |
| Outros Auxílios Financeiros a PF | 0,00 | 35.250,00 | -100,00 | 0,00 |
| Despesas de Exercícios Anteriores | 712,08 | 9.197,70 | -92,26 | 0,02 |
| Indenizações e Restituições | 9.097,63 | 14.940,32 | -39,11 | 0,20 |
| Outros Serv. Terceiros PJ (Intra) | 3.141,60 | 16.685,20 | -81,17 | 0,07 |
| Obrigações Trib. e Contrib.-OP. Intra | 237,23 | 0,00 | - | 0,01 |
| Despesas de Exercícios Anteriores Intra | 0,00 | 12.215,38 | -100,00 | 0,00 |
| Total | 2.327.654,26 | 2.760.079,37 | -3,30 | 100,00 |

Fonte: SIAFI, 2020 e 2019

As despesas de capital totalizaram R\$ 1.237.795,57 até o quarto trimestre de 2020, o que corresponde a um aumento de 5,42% comparado ao mesmo período de 2019. Do montante total empenhado destacam-se o aumento de 353,25% de despesas para a aquisição de Equipamentos e Material Permanente, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 15 – Despesas de Capital – Composição.

| | R\$ | | | |
|---------------------------------|---------------------|---------------------|-------------|---------------|
| | 31/12/2020 | 31/12/2019 | AH% | AV% |
| Serviços da Tec. Informação PJ | 0,00 | 11.199,60 | -100,00 | 0,00 |
| Obras e Instalações | 923.148,17 | 1.003.218,78 | -7,98 | 74,58 |
| Equipamentos e Mat. Permanente. | 314.647,40 | 69.420,23 | 353,25 | 25,42 |
| Total | 1.237.795,57 | 1.083.838,61 | 5,42 | 100,00 |

Fonte: SIAFI, 2020 e 2019

Nota 7 – Restos a Pagar

Restos a Pagar

Formam os restos a pagar todas as despesas orçamentárias empenhadas no exercício de 2020 ou em exercício anterior, porém não liquidadas ou liquidadas e não pagas em 31/12/2020.

Restos a Pagar Não Processados

O IFRS Campus Porto Alegre inscreveu em Restos a Pagar não Processados as despesas empenhadas e não liquidadas dentro do exercício de 2019, perfazendo um total de R\$ 1.570.407,67 (um milhão quinhentos e setenta mil quatrocentos e sete reais e sessenta e sete centavos). Observa-se que 88,80% dos empenhos inscritos foram liquidados e destes valores 100% foram pagos, conforme tabela a seguir.

Tabela 16 – Execução Restos a Pagar não Processados.

R\$

| Grupo da Despesa | Inscritos em exercícios anteriores | Inscritos em 31/12/2019 | Liquidados | Pagos | Cancelados | Saldo |
|------------------|--|----------------------------|---------------------|---------------------|------------------|-------------------|
| Desp. Correntes | 159.475,54 | 497.708,97 | 445.508,83 | 445.508,83 | 67.454,71 | 144.220,97 |
| Desp de Capital | 12.239,60 | 1.072.698,70 | 949.095,45 | 949.095,45 | 12.239,60 | 123.603,25 |
| Total | 171.715,14 | 1.570.407,67 | 1.394.604,28 | 1.394.604,28 | 79.694,31 | 267.824,22 |

Fonte: SIAFI 2020

Restos a Pagar Processados

Houve inscrição de restos a pagar processados referente às despesas liquidadas e não pagas até 31/12/2020, num montante de R\$ 53.830,72 (cinquenta e três mil oitocentos e trinta reais e setenta e dois centavos), destes valores 100,00% foram pagos, conforme tabela a seguir.

Tabela 17 – Execução Restos a Pagar Processados.

R\$

| Grupo da Despesa | Inscritos | Pagos | Cancelados | Saldo |
|---------------------------|------------------|------------------|------------|-------------|
| Outras Despesas Correntes | 53.830,72 | 53.830,72 | - | 0,00 |
| Despesas de Capital | 0,00 | 0,00 | - | - |
| Total | 53.830,72 | 53.830,72 | | 0,00 |

Fonte: SIAFI 2020

Ademir Gautério Troina Júnior
 ContadorCRC/RS 076804/O-5
 IFRS Campus Porto Alegre